



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA PRÁTICO-PROCESSUAL Cargo: Procurador Municipal

| Desempenho | Padrão de Resposta da Prova Prático-Processual | Pontuação |
|---|--|--------------------|
| Peça Processual 30 pontos (Pontuação mínima: 18 pontos) | Petição de interposição | |
| | O(A) candidato(a) deverá elaborar a peça de Contrarrazões de Recurso Especial em Mandado de Segurança, para buscar perante o STJ a manutenção da denegação da segurança advinda do Tribunal de Justiça local. (0,60) | 0,00 / 0,60 |
| | O recurso deve ser interposto por petição dirigida ao Desembargador Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado X. (1,80) | 0,00 / 1,80 |
| | O(a) candidato(a) deve demonstrar o atendimento a intimação para oferecer resposta e que o recurso seja remetido ao STJ, independentemente de juízo de admissibilidade. (1,80) | 0,00 / 1,80 |
| | Endereçamento das razões recursais | |
| | Superior Tribunal de Justiça. (0,60) | 0,00 / 0,60 |
| | Partes | |
| | Recorrente: sociedade empresária LC Ltda (0,60) ; Recorrido: Município SJH (0,60) . | 0,00 / 0,60 / 1,20 |
| | Cabimento | |
| | Cabe ao STJ julgar, em recurso especial, os mandados de segurança decididos em última instância pelos tribunais dos estados (1,20) , nos termos do Art. 105, inciso III, alínea a, da CRFB/88 ou do Art. 1030, do CPC/15, bem como indicar a tempestividade da resposta ao recurso. Que conforme o § 2º do Art.105, o recorrente não demonstrou a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, pois conforme a alínea V, o acórdão recorrido está de acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (0,60) . | 0,00 / 1,20 / 1,80 |
| | Tempestividade e preparo | |
| | Deve ser indicada a necessidade de recolhimento do preparo pelo recorrente (0,40) , nos termos do Art. 1007, caput, CPC/15 (0,20) . | 0,00 / 0,40 / 0,60 |
| | Fundamentos do recurso | |
| | No mérito, o(a) candidato(a) deve indicar que são fatos geradores do ISS as prestações de serviços, nos termos do Art. 156, inciso III, da CRFB/88 e da Lei Complementar nº 116/2003. (1,80) | 0,00 / 1,80 |
| Assim, o STJ assentou que no tocante à base de cálculo, o ISS incide apenas sobre a taxa de agenciamento quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de intermediação, devendo, entretanto, englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de fornecimento de mão de obra (3,20) , nos termos da Súmula 524 do STJ (1,00) . | 0,00 / 3,20 / 4,20 | |
| Além disso, deve indicar que, a possibilidade de constituir os créditos tributários não foi alcançada pela decadência. A autuação com lançamento de ofício ocorreu em 05/06/2024, menos de 5 anos após o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento | 0,00 / 1,20 / 1,80 | |



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO**

| | | |
|---|--|---|
| | <p>poderia ter sido efetuado (1,20), nos termos do Art. 173, inciso I, OU do Art. 150, § 4º, ambos do CTN (os pretensos fatos geradores teriam ocorrido entre julho e dezembro de 2020) (0,60).</p> | |
| | <p>Deve também mencionar que não cabe a condenação em honorários de sucumbência, pois o rito especial do Mandado de Segurança os exclui (1,20), nos termos do Art. 25 da Lei n.º 12.016/2009, da Súmula 512 do STF ou da Súmula 105 do STJ (0,60).</p> | 0,00 / 1,20 / 1,80 |
| | <p>Pedidos</p> | |
| | <p>Nos pedidos, deve requerer que seja negado provimento ao recurso para denegar a ordem, pois:</p> <p>a) incide ISS sobre os serviços de fornecimento de mão de obra, incluindo os salários dos trabalhadores e encargos sociais na base de cálculo; (2,10)</p> <p>b) a possibilidade de constituir o crédito tributário não foi atingida pela decadência. (2,10)</p> | 0,00 / 2,10 / 4,20 |
| | <p>O provimento ao recurso deve ser dado pelo próprio relator no STJ (monocraticamente), uma vez que a decisão recorrida é contrária à Súmula do STJ. (0,60)</p> | 0,00 / 0,60 |
| | <p>Deve-se pedir a condenação do recorrente ao ressarcimento das custas processuais. (0,60)</p> | 0,00 / 0,60 |
| | <p>Fechamento</p> | |
| | <p>Normas de fechamento da peça e mencionar data, local, advogado(a) e OAB. (0,60)</p> | 0,00 / 0,60 |
| <p>Desempenho Linguístico 0 a 6 pontos (Pontuação mínima: 3 pontos)</p> | <p>Para cada erro ou inadequação do uso do padrão culto da Língua Portuguesa de: Adequação vocabular ao gênero textual proposto (V); Pontuação (P); Sintaxe e morfossintaxe (S); Concordância e regência verbal e nominal (C); Ortografia e acentuação gráfica (O), será descontado 0,6 pontos. Até o limite de 10 erros e/ou inadequações.</p> | <p> Nenhum erro e/ou inadequação - 6,0 pontos</p> <p> 1 erro e/ou inadequação - 5,4 pontos</p> <p> 2 erros e/ou inadequações - 4,8 pontos</p> <p> 3 erros e/ou inadequações - 4,2 pontos</p> <p> 4 erros e/ou inadequações - 3,6 pontos</p> <p> 5 erros e/ou inadequações - 3,0 pontos</p> <p> 6 erros e/ou inadequações - 2,4 pontos</p> <p> 7 erros e/ou inadequações - 1,8 pontos</p> <p> 8 erros e/ou inadequações - 1,2 pontos</p> <p> 9 erros e/ou inadequações - 0,6 pontos</p> <p> 10 erros e/ou inadequações ou mais - 0,0 ponto</p> |

São José do Hortêncio, 11 de agosto de 2025.